

AINDA SOBRE FESTAS E CULTURA POPULAR NA FORMAÇÃO DO “POVO BRASILEIRO”

Martha Abreu

Antes de tudo, gostaria de agradecer os comentários elogiosos, estimulantes e desafiadores de Clementina. Sem dúvida, devo a suas constantes indagações, desde as primeiras versões da tese de doutoramento, grande parte de minhas reflexões sobre cultura popular e, ironicamente, sobre Moraes Filho (a partir de seus comentários, sempre precisava aprofundar a crítica e as justificativas de meus argumentos). Apesar das aparências, concordo que nossas diferenças estão cada vez menores.

Primeiramente, é bom deixar claro que meu estudo sobre Moraes Filho não tem como objetivo a valorização pessoal ou teórica deste personagem. Se, por vezes, o leitor pode ter esta sensação, deve-se ao fato de que a estratégia adotada envolveu um certo destaque para as singularidades do autor, dentro de sua época. Não um destaque no sentido de Moraes Filho ser único ou excepcional (pelo contrário, procurei situá-lo dentro de uma perspectiva do pensamento católico). Mas no sentido de que pretendo chamar a atenção para o fato de que a construção de uma determinada identidade nacional festiva tem uma longa e conflituosa história, muito anterior aos anos 20/30 do presente século. O trabalho de Mello Moraes Filho ajuda-me a construir esta história e a demonstrar que é possível o estudo da chamada e controvertida cultura popular no passado.

Por outro lado, também não pretendi apresentá-lo como progressista (conceito espinhoso em qualquer época histórica) ou não racista. Tenho certeza que considerar algum pensador, no final do século XIX, como original em articular um discurso integrador da cultura negra (até mesmo africana) e popular (ou de certos aspectos dessas culturas), nunca deixando de indicar as suas contradições e ambigüidades, não significa elevá-lo a alguma categoria das anteriormente mencionadas. Moraes Filho, insisto, foi inovador e original, naquela época, ao registrar festas populares e ao associá-las às marcas nacionais que desejava valorizar: festas religiosas, catolicismo, tradições portuguesas e

africanas. Em nada enfraquece meu argumento a afirmação de Clementina sobre as escolhas, ênfases e silêncios do autor em relação a certos aspectos da cultura popular.

Só para provocar minha comentarista (e aproveitando uma ajuda de uma colega que estava na assistência), eu poderia argumentar, assumindo, agora sim, a lógica de Moraes Filho, de que os seus críticos, no caso Max Fleiuss ou Arthur Azevedo, exemplificavam, com suas posições, o descaso dos “liberais” e “progressistas” — adoradores de uma civilização estrangeira — com as “nossas verdadeiras tradições”. Inversamente, deve-se levar em conta que se o Visconde de Ouro Preto recolhia-se aos seus aposentos “para desabafar” da apresentação de um reisado em sua casa, provavelmente Moraes Filho não fosse tão “conservador” assim. Seria atitude de um “conservador”, no início do XX, pensar em “interpretar” congadas, serração da velha, manifestações predominantemente negras, em plena Rio Branco? Ou ainda, parece ser posição de um “conservador” descartar a estratégia de branqueamento através da imigração?

Conservadores e progressistas à parte, Clementina tem toda a razão em preocupar-se com uma produção historiográfica que não se liberta com facilidade de uma leitura nacionalista da identidade brasileira (confesso que sempre preciso estar atenta); que não vê as práticas, criações e significados culturais como campos abertos ao conflito e ao exercício da diferença. Concordo e defendo enfaticamente em meu trabalho a pluralidade de significados nas práticas culturais comuns. Mas defendo também — e aí talvez esteja nossa maior divergência — que a versão de Moraes Filho faz parte deste conflito. De que forma? É uma das versões possíveis sobre as manifestações populares e, principalmente, não é apenas uma versão assentada em uma fértil criação ideológica. Como argumentei, Moraes Filho não inventou uma tradição nacional completamente atemporal ou irreal, sua idéia de nação era histórica e socialmente possível naquele momento. A união do povo, proposta pelo autor em termos étnicos, mas principalmente culturais, encontrava sentido em festas, danças e ritmos compartilhados por todos. Se bem que esta união não fosse completa e harmônica, nem mesmo na sua perspectiva nacionalista.

Ora, se sua versão deve ser considerada, Moraes Filho pode ser visto como uma importante “janela” — sem nunca deixar de ser um filtro — para se estudar as festas e as manifestações populares no passado. Provavelmente, o desconforto de Clementina pelo que entende como uma valorização do personagem reside neste meu grande entusiasmo pela obra do autor. Mas, no meu modo de ver, é impossível um historiador não se empolgar com um relato que permite acesso, mesmo que problemático, às manifestações culturais populares no passado; é impossível, e até mesmo imprescindível, não se sentir estimulado a procurar entender seu autor.

A respeito do comentário de Clementina, de que identifico Moraes Filho como um mediador cultural, não concordo. Plagando a própria comentarista, demonstro em meu trabalho o intenso e extenso trânsito cultural entre ricos-pobres, brancos-negros, letrados-iletrados, independente de mediadores. O trânsito acontecia em vários momentos e locais, mas incrivelmente nas festas. Aliás, Moraes Filho tornou-se uma das fontes para esta demonstração. Meu argumento é que o autor foi um agente da aproximação entre as culturas, não simplesmente por organizar reisados para o Visconde de Ouro Preto, mas por ser um dos primeiros teóricos desta aproximação (e versão) e por divulgar no mundo das letras *Festas populares no Brasil*, em 1888. E esta constatação é importante, não apenas pela época de sua produção, em plena abolição da escravidão, mas pela dimensão que ganharia nos anos posteriores.